



OFICINA DO CES

ces

Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

CLAUDIA HÄRTERICH

**PETRÓLEO, FRONTEIRAS E *BOOMERANGS*:
A DISPUTA TIMORENSE-AUSTRALIANA PELO
MAR DE TIMOR**

**Julho de 2013
Oficina n.º 402**

Claudia Härterich

**Petróleo, fronteiras e *boomerangs*: A disputa timorense-australiana
pelo mar de Timor**

**Oficina do CES n.º 402
Julho de 2013**

OFICINA DO CES

ISSN 2182-7966

Publicação seriada do

Centro de Estudos Sociais

Praça D. Dinis

Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

Correspondência:

Apartado 3087

3000-995 COIMBRA, Portugal

Claudia Härterich*

Universidade Livre de Berlim

Petróleo, fronteiras e boomerangs: A disputa timorense-australiana pelo mar de Timor

Resumo: O desenvolvimento económico de Timor-Leste está ligado ao acesso ao petróleo ao largo da sua costa. Neste texto são analisadas as negociações entre Timor-Leste e a Austrália no que toca aos recursos petrolíferos no mar de Timor e ao papel de um *Transnational Advocacy Network* neste processo. O texto argumenta que a influência desta rede transnacional de atores não-estatais, que se formou para defender os interesses do Estado timorense, contribuiu para a explicação do resultado das negociações, mostrando que conseguiu exercer pressão sobre o governo australiano.

Palavras-chave: Timor-Leste, petróleo, *Transnational Advocacy Network*, efeito boomerang, fronteira marítima.

1. Introdução

As relações entre Timor-Leste e a Austrália são caracterizadas por um desequilíbrio de poder entre os dois Estados. Devido ao desempenho económico do país, o governo australiano dispõe de mais recursos para prosseguir as suas políticas e defender os seus interesses do que o governo de Timor-Leste. Deste modo, em negociações entre os dois países, Canberra encontra-se numa posição negocial mais forte (Mercer, 2004: 304).

Uma temática que ocupa um grande espaço nas relações entre Timor-Leste e a Austrália é a distribuição dos recursos petrolíferos no mar de Timor e, ligada a isto, a disputa em torno da fronteira marítima dos países. Os dois países mantêm posições contrárias quanto à pertença dos enormes depósitos de gás natural e de petróleo sob o fundo do mar. As negociações sobre direitos de soberania nacionais e direitos de exploração no mar de Timor arrastaram-se muitos anos. Para Timor-Leste, o acesso a rendimentos resultantes da venda de petróleo é indispensável para o financiamento do Estado.

No processo negocial sobre a utilização comum dos recursos naturais, os interesses de Timor-Leste foram cada vez mais tidos em conta, embora o Estado não tenha melhorado a sua posição negocial relativamente ao seu poder em relação à

* Estagiária do projeto *Consolidação da paz e a sua sustentabilidade: as missões da ONU em Timor Leste e a contribuição de Portugal*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), PTDC/CPJ-CPO/1151169/2009-FCOMP-01-0124-FEDER-014433.

Austrália, pois nem a nível financeiro nem económico, nem na área militar, o país desenvolveu meios adequados para aumentar a pressão sobre o governo australiano. Uma perspetiva teórica focada nos Estados como os únicos atores relevantes no sistema internacional e que parta do princípio de uma compreensão clássica de poder não pode explicar este fenómeno. Segundo o neorealismo, cada país persegue os seus interesses nacionais e o ator mais poderoso impõe a sua vontade. Isto significa que o resultado de negociações bilaterais deveria corresponder exatamente aos interesses do negociador que tem mais poder. Não é esse o caso na disputa sobre os recursos no mar de Timor. Assim, para entender melhor o que causou este desenvolvimento é necessário ter também em conta outros aspetos.

Este texto argumenta que no âmbito da disputa sobre os recursos do mar de Timor se formou uma rede transnacional de pressão (*Transnational Advocacy Network*) que se empenhou na defesa dos interesses de Timor-Leste. O artigo investiga o papel dessa rede e pretende responder à questão *Qual é o impacto do Transnational Advocacy Network timorense no resultado das negociações entre a Austrália e Timor-Leste sobre os recursos petrolíferos no mar de Timor?* A consideração de atores não-estatais e das suas atividades e estratégias pode completar o quadro do desenvolvimento e das dinâmicas do conflito económico entre Timor-Leste e a Austrália sobre o petróleo no mar de Timor. Serão ainda analisados quem são os membros do *Transnational Advocacy Network*, quais as suas estratégias e até que ponto estes conseguiram influenciar as negociações bilaterais e exercer pressão sobre o governo australiano.

Primeiro, será apresentada uma visão geral da bibliografia de referência sobre as negociações entre a Austrália e Timor-Leste referente aos recursos petrolíferos no mar de Timor, discutindo os pontos de vista dominantes. Depois o trabalho de Keck e Sikkink (1998) sobre *Transnational Advocacy Networks*, que serve como enquadramento teórico, será apresentado juntamente com as hipóteses de trabalho. A análise empírica começa com uma descrição do contexto histórico da disputa económica entre Timor-Leste e a Austrália. Na segunda parte serão analisados os membros do *Transnational Advocacy Network* e as relações que existem entre eles, de modo a perceber quem são os atores mais relevantes e o alcance desta rede no processo negocial entre os dois países. A terceira parte, antes da conclusão, analisa o impacto das atividades da rede nas negociações e discute como um *Transnational Advocacy Network* pode contribuir (ou não) para alterações substanciais em processos negociais, geralmente marcados por concessões e consensos difíceis de alcançar.

2. Análise da bibliografia sobre o tema

A bibliografia que aborda os recursos naturais no mar de Timor está principalmente focada em duas áreas. Um primeiro grupo de investigadores, entre eles Doraisami (2009), Drysdale (2007), Lundahl e Sjöholm (2006) e De Almeida Serra (2006), está interessado no impacto da exploração de petróleo na economia de Timor-Leste, tal como na gestão nacional dos assuntos relacionados com o mesmo. Analisam as características da economia timorense e as leis a partir da questão: até que ponto a utilização dos recursos petrolíferos pode melhorar as condições económicas do país? Esta parte da bibliografia está baseada numa perspetiva teórica que vem do campo da economia e que tem como centro o desenvolvimento económico do Estado. Ela está focada nas características económicas específicas de um país e, em geral, não considera a estrutura de produção internacional. Os investigadores entendem que o *resource curse* acontece em países que não conseguem lidar com as particularidades da exploração de recursos naturais, e analisam se Timor-Leste está em risco de ficar afetado por este mesmo fenómeno. Segundo estes autores, as características nacionais que favorecem a ocorrência do *resource curse* são um elevado grau de corrupção e instituições estatais fracas.

Doraisami (2009) analisa a situação macroeconómica do país e a maneira como o Estado timorense utiliza os seus recursos naturais para financiar o seu desenvolvimento. Neste âmbito, a autora investiga o fundo petrolífero de Timor-Leste. Na base dos pressupostos da bibliografia sobre o *resource curse*, ela avalia as dinâmicas económicas no país. Doraisami identifica um risco claro de dependência e conclui que Timor-Leste precisa de implementar políticas económicas eficientes para evitar o *resource curse*. O trabalho de Drysdale (2007) também trata do risco de *resource curse* causado pela exploração de petróleo, que poderá prejudicar a economia timorense e impedir um desenvolvimento sustentável do Estado. Lundahl e Sjöholm (2006) investigam até que ponto os rendimentos criados através dos recursos petrolíferos podem contribuir para o desenvolvimento sustentável de Timor-Leste. No âmbito dos princípios teóricos do *resource curse*, os autores analisam os riscos específicos que o país enfrenta na exploração do petróleo e identificam a disputa entre a Austrália e Timor-Leste sobre os recursos no mar de Timor como um aspeto, entre outros, que complica uma situação já difícil. Os autores argumentam que são necessárias políticas coerentes para a gestão dos recursos e dos respetivos rendimentos. O artigo de De Almeida Serra (2006) também analisa o papel do petróleo no desenvolvimento de Timor-Leste e tem como objetivo a

apresentação das principais informações sobre a “economia do petróleo” do país. Assumindo uma função principalmente descritiva, o trabalho aborda a disputa entre a Austrália e Timor-Leste assim como as leis sobre o uso dos recursos no mar de Timor e o fundo petrolífero.

Um segundo grupo de investigadores compreende o tema dos recursos naturais no mar entre a Austrália e Timor-Leste como um assunto de carácter internacional. No centro das atenções estão as negociações entre os dois países e os tratados sobre a utilização comum do petróleo que eles assinaram. O trabalho mais antigo sobre tratados relacionados com recursos petrolíferos no mar de Timor é de Kaye (1994) e foi escrito ainda no período de ocupação de Timor-Leste pela Indonésia. O seu artigo trata do *Timor Gap Treaty* entre a Austrália e a Indonésia e descreve este tratado e o regime institucional criado por ele. Kaye avalia o conteúdo do tratado e apresenta informações não só sobre os pontos de vista dos negociadores mas também sobre o processo das negociações entre os países. Considera o tratado como solução criativa da disputa relacionada com o mar de Timor.

No período imediatamente antes da independência timorense aumenta a atenção ao tema. O artigo de Triggs (2000) discute os riscos causados pela independência de Timor-Leste para as empresas multinacionais que trabalham na exploração dos recursos no mar de Timor sob o *Timor Gap Treaty*. A autora apresenta as oportunidades que o país tem ao tornar-se independente no que tem a ver com os tratados existentes, descrevendo consequências possíveis para as empresas caso Timor-Leste optasse por declarar o *Timor Gap Treaty* nulo e dirigir-se a um tribunal internacional para a resolução do conflito económico. Prescott (2000) ocupa-se das fronteiras marítimas entre a Austrália e Timor-Leste e entra em pormenores do direito internacional relacionados com o assunto. O seu trabalho está focado nos aspetos jurídicos e geográficos da futura fronteira no mar de Timor e refere-se brevemente aos recursos petrolíferos e ao *Timor Gap Treaty* como elementos que terão um papel importante na decisão sobre esta. O artigo de Ong (2000) investiga as negociações sobre a distribuição dos rendimentos criados pelo petróleo no mar de Timor e apresenta as regulações do *Timor Gap Treaty*. O autor argumenta que o desenvolvimento de Timor-Leste depende dos recursos petrolíferos e que as futuras negociações sobre estes são consideradas muito importantes pelo país. Num outro trabalho, Ong (2002) analisa o *Timor Sea Agreement* de 2001 e as suas implicações em termos jurídicos, comparando-o com o *Timor Gap Treaty*. O autor argumenta que o acordo sobre a utilização comum é uma

boa solução para o caso do mar de Timor e declara-se a favor da sua continuação. Do seu ponto de vista, a exploração conjunta dos recursos petrolíferos é preferível à delimitação das fronteiras marítimas. O artigo de Antunes (2003) é uma resposta ao trabalho de Ong (2002). Antunes contradi-lo e argumenta que a delimitação da fronteira entre a Austrália e Timor-Leste no mar de Timor cria um âmbito mais claro e estável para a exploração de petróleo. O autor descreve as dinâmicas históricas que levaram ao *Timor Sea Treaty* e critica o comportamento da Austrália neste contexto, em particular a falta de vontade de abandonar o seu argumento relativo à delimitação da fronteira, que, do seu ponto de vista, é inválido.

Triggs e Bialek (2002) investigam os aspetos legais da disputa sobre os recursos no mar de Timor, os tratados que regularam a exploração desde 1989 e a vigência das pretensões da Austrália, da Indonésia e de Timor-Leste. Os autores descrevem minuciosamente o conteúdo do *Timor Sea Treaty* e acham-no uma boa solução para ambos os países. Anderson (2003) analisa as relações económicas entre a Austrália e Timor-Leste e o papel central da disputa sobre os recursos no mar de Timor nas mesmas. Ao contrário de Triggs e Bialek, ele argumenta que o *Timor Sea Treaty* é vantajoso apenas para a Austrália e não considera os interesses de Timor-Leste. Segundo Anderson, o tratado não está conforme com o direito internacional do mar e é resultado da assimetria na relação de poder entre os dois países. O autor é da opinião que a Austrália se aproveita do seu vizinho menos poderoso no contexto da disputa sobre o petróleo. King (2002) chega a uma conclusão semelhante. Analisando uma reunião diplomática entre os chefes de Estado da Austrália e da Indonésia em 1974, o autor argumenta que, no período em que Timor-Leste era ainda uma colónia portuguesa, as decisões do governo australiano referentes a assuntos relacionados com a ilha foram motivadas pelo objetivo de conseguir acesso aos seus recursos petrolíferos. Segundo King, a atitude positiva da Austrália perante a invasão indonésia foi fortemente influenciada pelos seus interesses económicos no mar de Timor. Cotton (2003) também analisa as negociações bilaterais desde 1999 sobre os direitos da exploração do petróleo. Descreve o processo que levou ao *Timor Sea Treaty* e critica que o ponto de vista australiano estivesse sempre centrado no objetivo de controlar a maior parte possível dos recursos petrolíferos no mar de Timor. Um artigo de Bugalski de 2004 discute o assunto das fronteiras marítimas e refere-se ao papel do petróleo neste contexto, concluindo que o direito internacional do mar favorece a posição de Timor-Leste.

Ishizuka (2004) analisa a política australiana perante Timor-Leste no tempo da ocupação pela Indonésia e no contexto das negociações sobre os recursos naturais. O autor argumenta que a Austrália agiu de uma maneira inconsistente. Segundo Ishizuka, o objetivo principal do Estado era definido por um raciocínio económico. Os governos australianos pretendiam tornar os recursos do mar de Timor acessíveis para a Austrália, usando todo o poder político, económico e tecnológico à sua disposição.

Nevins (2004) analisa o comportamento de Timor-Leste na disputa sobre o petróleo. Ele compara as atividades do governo timorense com uma estratégia normalmente usada por ONGs e movimentos sociais contra Estados. Nevins questiona até que ponto esta maneira de agir pode contribuir para promover os interesses do ator mais fraco nas negociações. Chega à conclusão de que, embora tenha impacto, a estratégia não é suficiente para equilibrar a assimetria em termos de poder entre a Austrália e Timor-Leste, porque a pressão gerada desse modo é insuficiente.

Mercer (2004) considera o processo das negociações entre Timor-Leste e a Austrália sobre os recursos no mar de Timor como exemplo de um tipo específico de negociações internacionais. Nestes casos, um país que é relativamente pobre enfrenta a capacidade de negociação de um Estado muito mais rico. Segundo o autor, esta discrepância de poder explica o resultado dos tratados sobre a utilização do petróleo. Na opinião de Mercer, a Austrália saiu vencedora das negociações e defendeu os seus interesses à custa de Timor-Leste. Tal como os outros autores, Mercer somente atende a atores estatais e às relações entre eles. Assim, não consegue explicar por que razão a Austrália teve de aceitar um aumento da fração dos rendimentos da exploração dos recursos para Timor-Leste.

O artigo de Schoefield (2005) trata do projeto de acordo entre a Austrália e Timor-Leste que é o predecessor do *Timor Sea Treaty*. O autor avalia se o novo compromisso é uma solução justa para Timor-Leste na disputa com o seu país vizinho. Devido ao facto de o Estado ter conseguido impor a sua exigência de uma mudança na distribuição dos rendimentos dos recursos petrolíferos a seu favor, Schoefield argumenta que pode dar-se por satisfeito. No contexto das negociações entre a Austrália e Timor-Leste, o autor também se refere aos interesses territoriais da Indonésia relacionados com o assunto das fronteiras marítimas no mar de Timor. Schoefield sublinha que a Indonésia acompanha a disputa entre os seus vizinhos para decidir se pode exigir uma parcela maior do mar de Timor.

Chaudhry (2006) critica o comportamento da Austrália nas negociações sobre os recursos petrolíferos e é de opinião que o país se apodera de um território e de rendimentos que pertencem a Timor-Leste. O autor descreve os tratados entre os dois países relacionados com questões petrolíferas. Embora acentue a existência de ONGs que defenderam a posição de Timor-Leste no conflito económico, Chaudhry não fornece mais informações sobre elas.

O trabalho de Schofield e Arsana (2007) fornece uma visão geral dos argumentos de Timor-Leste e da Austrália no que diz respeito às fronteiras marítimas no mar de Timor. Os autores apresentam o quadro jurídico do direito marítimo internacional e as mudanças mais relevantes que se operaram neste domínio. Schofield e Arsana descrevem que, na prática da jurisdição ligada a fronteiras marítimas, o argumento usado pela Austrália perdeu legitimidade em relação ao ponto de vista timorense. Além disso, discutem o conteúdo do *Treaty on Certain Maritime Arrangements in the Timor Sea*. Smith (2011) compara as exigências da Austrália, de Timor-Leste e da Indonésia com as mudanças no direito marítimo internacional. A autora argumenta que através de táticas ‘implacáveis’ de negociação, a Austrália conseguiu manter e defender as suas exigências relativas ao mar de Timor, embora estas não sejam compatíveis com o direito marítimo em vigor.

Hunter e Storey (2008) analisam o papel da empresa australiana *Woodside* nas negociações sobre o campo petrolífero *Greater Sunrise* no mar de Timor. Analisam as ligações entre a empresa e o governo australiano e argumentam que a *Woodside* influenciou as políticas da Austrália com o objetivo de defender o seu acesso a licenças de exploração dos recursos petrolíferos. Segundo os autores, este comportamento contribuiu para o estilo de interação que o governo australiano usou para com Timor-Leste. Dentro da bibliografia sobre o tema, Munton (2006) é quem mais se desvia de uma perspectiva focada unicamente em Estados. No seu estudo do processo das negociações entre a Austrália e Timor-Leste, o autor considera as atividades de alguns atores da sociedade civil, principalmente de duas ONGs dos Estados Unidos e da Austrália. Todavia, este autor não está focado na rede transnacional e em todos os atores da sociedade civil que fazem parte dela, mas numa descrição detalhada do conteúdo das rondas de negociações.

Quase todos os trabalhos sobre as negociações entre Timor-Leste e a Austrália relacionadas com os recursos no mar de Timor usam uma perspectiva teórica realista. Esta supõe que os Estados são não só os únicos atores importantes no sistema

internacional, mas também atores unitários. Com a exceção de Hunter e Storey (2008) e de Munton (2006), as atividades de atores não estatais não são tidas em conta. São ignorados em grande parte especialmente grupos da sociedade civil que do ponto de vista realista não são atores relevantes no nível internacional. Isto pode estar relacionado com o facto de a maior parte da bibliografia sobre a matéria ser trabalhada por investigadores da área do direito internacional. Estes normalmente contemplam os Estados enquanto objeto de estudo preferencial. Uma outra característica dos autores que publicaram artigos sobre esta disputa entre os dois países é que na sua maioria são australianos.

3. Enquadramento Teórico – *Transnational Advocacy Networks* e o efeito boomerang

O modelo teórico usado no âmbito deste trabalho segue o desenvolvido por Keck e Sikkink (1998). Através do conceito dos *Transnational Advocacy Networks*, as duas investigadoras superam a separação teórica entre o nível nacional e o internacional (*ibidem*: 4).

Há tipos diferentes de redes transnacionais. Segundo a definição de Keck e Sikkink (*ibidem*: 2), o *Transnational Advocacy Network* é caracterizado pela composição de um grupo internacional de ativistas que colaboram com o objetivo de mudar o comportamento de Estados numa área temática definida. Os seus membros são ligados por valores partilhados, por um discurso comum e uma troca intensa de informações e serviços (*ibidem*). A importância de valores que constituem a base das atividades do *Transnational Advocacy Network* difere de outras formas de cooperação transnacional cuja motivação é baseada em objetivos materiais (*ibidem*). Estas redes são fundadas para promover objetivos e mudanças políticas que primeiramente não servem para promover os interesses dos seus próprios membros e consequentemente dificilmente serão associados a estes (*ibidem*: 9).

Um *Transnational Advocacy Network* pode mostrar uma grande complexidade e pode estender-se a vários países. A rede pode consistir de indivíduos, de diferentes tipos de grupos, entre outros organizações não-governamentais, movimentos sociais locais, igrejas, sindicatos e partes do poder legislativo ou do poder executivo de governos (Keck e Sikkink, 1998: 9). Cada *Transnational Advocacy Network* é individual e específico para a área em que trabalha e a quantidade e o tipo de organizações que fazem parte dele varia. A comunicação entre os membros é nivelada e não existe uma

hierarquia estrutural dentro da rede (Keck e Sikkink, 1998: 8). No entanto, há atores que tomam uma posição mais central no *Transnational Advocacy Network* do que outros. As organizações não-governamentais têm muitas vezes este papel central (*ibidem*: 9). Elas agem simultaneamente no nível nacional e internacional e iniciam atividades da rede. Além disso, os recursos não são distribuídos de forma igual entre os atores no *Transnational Advocacy Network* (*ibidem*: 207). Isto tem impacto na composição da rede e nas relações que existem entre os seus participantes.

Um *Transnational Advocacy Network* não possui o mesmo tipo de poder que Estados ou organizações internacionais (*ibidem*: 16). Portanto, no centro das atividades da rede está a produção, a troca e o uso estratégico de informação (*ibidem*: 10). O *Transnational Advocacy Network* fornece canais de comunicação adicionais entre países e sociedades que permitem a transmissão de informações que podem pôr em causa afirmações oficiais dos governos (*ibidem*: x). As pessoas afetadas por uma situação que não as deixa serem ouvidas no seu país usam estas redes, que projetam e amplificam a sua posição para o nível internacional com o objetivo de alcançar a atenção de atores estrangeiros (*ibidem*). Assim, o *Transnational Advocacy Network* amplifica as vozes que são ouvidas não só no processo político nacional mas também internacional e enriquece o debate mundial através de pontos de vista diferentes (*ibidem*).

A maneira de funcionar de um *Transnational Advocacy Network* é descrita através da metáfora de um *boomerang*. Keck e Sikkink (*ibidem*: 12) partem do princípio de que grupos da sociedade civil de um país querem mudar o comportamento do seu próprio Estado. As autoras supõem que surgem redes transnacionais em situações em que não existem canais de comunicação entre ONGs nacionais e o respetivo governo ou estes estão bloqueados. Nestes casos, a rede transnacional serve para transportar o assunto para o nível internacional onde os ativistas tentam mobilizar o apoio de atores mais poderosos de outros países, procurando dessa forma aliados. Assim, pretendem atrair a maior atenção possível para, com ajuda exterior, alcançar o objetivo de pressionar o governo (*ibidem*: 12). Esta estratégia alarga o número dos atores envolvidos numa disputa a favor dos atores da sociedade civil com menos recursos perante o seu governo. Enquanto o estado, que é o alvo da campanha, pode ser inacessível às exigências do lado nacional, é-lhe mais difícil escapar à confrontação ao nível internacional. Esta forma indireta de exercer pressão sobre um estado ou uma organização internacional é chamada efeito *boomerang*.

Keck e Sikkink (1998: 16) distinguem quatro tipos de táticas usadas pelo *Transnational Advocacy Network*. Uma campanha pode consistir em muitas táticas diferentes (*ibidem*). A primeira, que é a capacidade de gerar informações de uma maneira rápida e credível e de transferi-las para a zona onde elas têm o maior impacto, chama-se *information politics*. Um *Transnational Advocacy Network* torna-se influente ao estabelecer-se como fonte alternativa de informação (*ibidem*: 19). Disponibiliza informações de uma maneira compreensível e sob um ponto de vista diferente do dos Estados para um público que está distante em termos geográficos e sociais (*ibidem*: 18). Além de ser fiável e atual, a informação oferecida pela rede é apresentada de uma forma dramática para chamar a atenção para as circunstâncias que devem ser alteradas. Portanto, a noção de que um *Transnational Advocacy Network* apenas transmite informações é uma descrição incompleta, já que ele também se emoldura num contexto em que ele próprio tem capacidade de escolha (*ibidem*: 19). Neste processo de *framing*, as redes salientam estrategicamente certos aspetos, renomeiam assuntos e procuram histórias de pessoas cujas vidas foram afetadas para criarem uma ligação entre os factos e as emoções do público-alvo. Os ativistas expõem a situação para que querem chamar a atenção, de uma maneira fácil, usando a dicotomia de ‘certo’ e ‘errado’ para avaliar o comportamento dos atores envolvidos (*ibidem*: 17). Assim, eles pretendem convencer o público do seu ponto de vista e encorajá-lo a agir. A construção de uma imagem coerente que mostre que a situação não surgiu por acaso, mas foi causada por responsáveis identificados e que também apresenta uma solução credível, é uma componente central da estratégia política dos *Transnational Advocacy Networks* (*ibidem*: 17).

Uma segunda tática que os *Transnational Advocacy Networks* usam prende-se com a aplicação de *symbolic politics*. Isto significa que usam símbolos, atividades ou histórias para definir uma situação de uma maneira que faça sentido para um público que está longe (*ibidem*: 16). Os ativistas também utilizam acontecimentos simbólicos como oportunidades para mobilizarem apoio de membros da comunidade internacional. Estes eventos são integrados na história e no *framing* que eles criam.

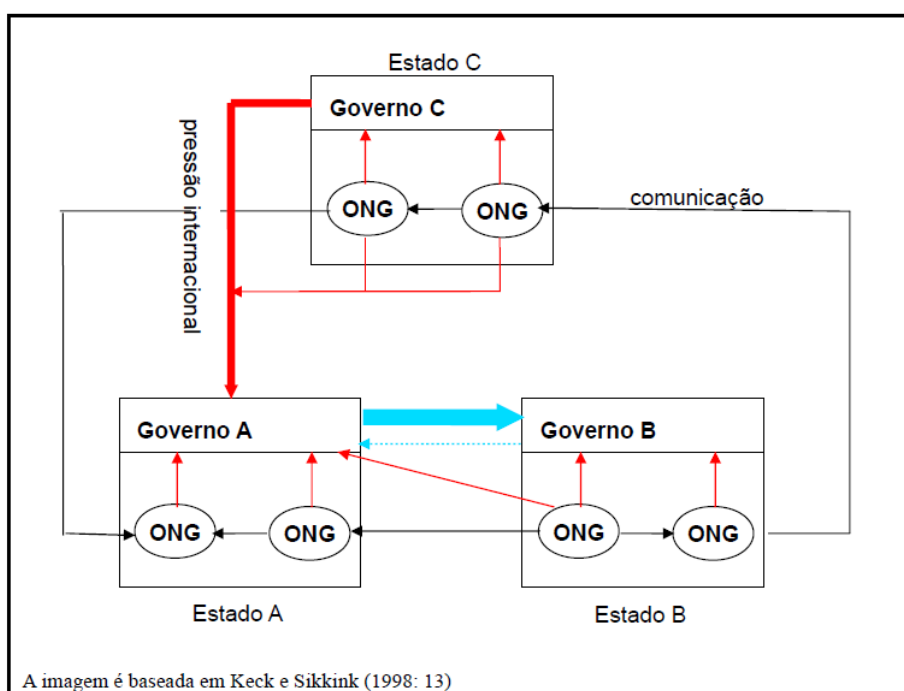
Leverage politics, a terceira tática, abrange a capacidade de fazer atores mais poderosos influenciar uma situação em que as atividades de grupos mais fracos da rede não surtem efeito (*ibidem*: 16). Esta estratégia tenta exercer pressão sobre o Estado alvo através da conexão do assunto com algo que tenha valor para ele. No âmbito desta tática, os ativistas conseguem convencer estados poderosos ou parceiros comerciais

importantes do Estado alvo a terminar as suas relações comerciais com este, a boicotar os seus produtos ou a condenar publicamente o seu comportamento.

Um aspeto muito importante desta estratégia é *moral leverage*, que inclui, em primeiro lugar, a tentativa de criar um escândalo baseado no comportamento do estado alvo para envergonhá-lo (Keck e Sikkink, 1998: 23). Os ativistas tornam as atividades do país públicas e acessíveis à avaliação dos outros atores do nível internacional, salientando quando os Estados não assumem os seus compromissos internacionais ou não respeitam valores definidos por eles próprios (*ibidem*: 24). Assim, atingem a reputação do governo de modo a provocar uma mudança das suas políticas. Estados que dependem da opinião positiva dos outros países são especialmente vulneráveis a esta estratégia (*ibidem*: 23).

A quarta estratégia do *Transnational Advocacy Network* chama-se *accountability politics*. Os ativistas usam concessões que o Estado alvo já tinha feito como oportunidade que gera um meio de pressão. Quando o seu comportamento não está conforme os anúncios e as promessas que o país tinha feito, os membros do *Transnational Advocacy Network* envergonham-no. Os ativistas desmascaram-no, pondo em destaque a discrepância entre o discurso e a prática (*ibidem*: 24). Também recorrem a acordos da comunidade internacional para responsabilizar o Estado. Quando um país declarou publicamente que está comprometido com certos valores ou princípios, os ativistas utilizam tais declarações para exercer pressão sobre ele.

Figura 1: O efeito boomerang alargado



Segundo Keck e Sikkink (1998) o sucesso de um *Transnational Advocacy Network* depende tanto da sua capacidade de aplicar as estratégias descritas, assim como da vulnerabilidade do alvo da sua campanha à pressão internacional. No caso de uma democracia, a vulnerabilidade às acusações de âmbito é elevada. Estados com uma economia forte são menos vulneráveis à pressão material, como, por exemplo, embargos. No âmbito deste trabalho será suposto que quanto mais os ativistas da rede transnacional conseguirem aplicar uma alta quantidade de atividades baseadas nestas estratégias maiores são as probabilidades de mudarem a posição do Estado alvo.

O modelo teórico foi construído principalmente considerando a área dos direitos humanos, onde tradicionalmente as ONGs têm uma presença forte. Os *Transnational Advocacy Networks* empenhados no domínio de recursos naturais são quase sempre ignorados, embora não haja indicações de que a sua maneira de atuar é incompatível com o modelo de Keck e Sikkink. Mas a atenção dos investigadores nesta área está focada nos Estados e nas relações entre eles e as empresas multinacionais que exploram os recursos. Portanto, a aplicação de uma perspetiva teórica, que tem como centro o papel dos atores nacionais e internacionais da sociedade civil, pode ter um impacto grande no estudo desta matéria. A noção do efeito *boomerang* está aplicada num contexto que difere da ideia inicial de Keck e Sikkink. Elas partem do princípio de que ONGs nacionais, que querem ultrapassar um regime autoritário no seu país, formam uma rede transnacional no âmbito da procura de apoio internacional. Será avançado neste trabalho que o mecanismo do efeito *boomerang* funciona igualmente num contexto mais complexo em que as ONGs de um Estado tentam pressionar o governo de um outro país através da criação de um *Transnational Advocacy Network* que inclui atores da sociedade civil do Estado alvo. Esta situação é ilustrada na Figura 1. Aqui há uma componente transnacional adicional que está baseada na suposição de que ONGs e outros atores da sociedade civil não só interagem com membros de outras sociedades, mas também com os governos dos respetivos Estados.

4. Contexto histórico e económico do conflito em torno do petróleo no mar de Timor

O conflito em torno dos recursos petrolíferos no mar de Timor, localizado entre o sul da ilha de Timor e o norte da Austrália, tem uma longa história. Tem a sua origem nos anos sessenta, quando a Austrália começa a negociar a delimitação das suas fronteiras marítimas com os seus países vizinhos (Antunes, 2003: 3). Nessa altura, Timor-Leste é

ainda uma colônia portuguesa. Trabalhos de sismologia no mar, feitos poucos anos antes por empresas multinacionais de petróleo, tinham descoberto grandes reservas de recursos petrolíferos acessíveis (King, 2002: 4). Com base nesta informação, a Austrália interessa-se pela divisão do território no mar de Timor para iniciar a exploração dos recursos dentro de um âmbito judicial estável.

A reclamação fronteiriça do país baseia-se na ideia de que o fim do território marítimo de um Estado é definido pela margem da sua plataforma continental (Antunes, 2003: 4). Este critério para decisões sobre fronteiras marítimas foi estabelecido na lei internacional da plataforma continental de 1958 e a Austrália faz-lhe referência. Do ponto de vista dos governos australianos, a sua plataforma continental abrange a zona inteira do mar de Timor até o Timor Trough, uma fossa oceânica perto da costa timorense que marca a linha de separação com a plataforma continental asiática (Triggs e Bialek, 2002: 324). É uma área que consiste em mais de oitenta por cento do fundo do mar entre os dois países. Segundo o argumento, todos os recursos a sul do Timor Trough pertencem à Austrália. Entretanto, os geógrafos dividem-se em opiniões a respeito da questão se a plataforma continental australiana termina neste sítio (Chaudhry, 2006: 34).

Em 1972, a Austrália concluiu as negociações com a Indonésia referentes às suas fronteiras marítimas. No acordo, o Estado conseguiu impor a sua posição, o que resultou numa fronteira muito mais perto da Indonésia do que da Austrália (Nevins, 2004: 3). Portugal, por sua vez, punha em causa o argumento de que a plataforma continental australiana terminava no Timor Trough e insistiu numa fronteira baseada no princípio de equidistância (Antunes, 2003: 6). Os países não chegaram a acordo e portanto, na parte do mar a sul de Timor-Leste, a fronteira marítima não foi delimitada. Este espaço que fica entre a fronteira da Austrália e da Indonésia foi chamado *Timor Gap*. A sua largura está definida pelo acordo entre a Austrália e a Indonésia. Nem Portugal nem a população timorense tiveram influência ou envolvimento no processo. Apesar desta falta de regulação territorial, o governo australiano atribuiu licenças de exploração de petróleo a empresas petrolíferas na zona disputada (King, 2002: 6).

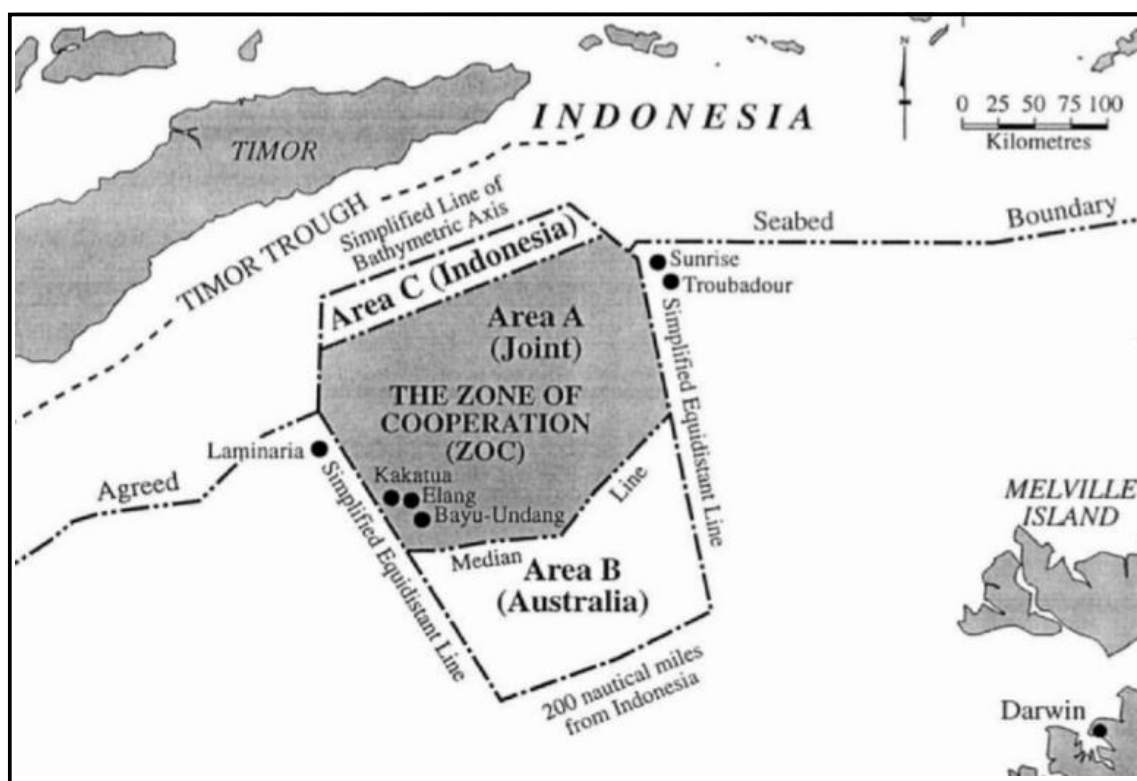
Depois da ocupação do Timor-Leste pela Indonésia em 1975, a Austrália entra em negociações com esta para delimitar a fronteira marítima no *Timor Gap*. Nessa altura, a importância e o reconhecimento internacional do critério da plataforma continental já começa a diminuir. O desenvolvimento do direito internacional do mar neste período leva à *United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS)* de 1982, uma

convenção que inclui novos critérios referentes à delimitação de fronteiras marítimas (Triggs e Bialek 2002: 326). Estes critérios abrangem, entre outros, a delimitação equitativa de fronteiras quando existe uma sobreposição de reivindicações relativas ao território marítimo.

Associado ao facto de que, na prática, cada vez mais Estados utilizam a equidistância para delimitar fronteiras, parece haver uma crescente perda de legitimidade do princípio da plataforma continental (*ibidem*). À luz deste desenvolvimento, a Indonésia considera o tratado de 1972 muito desvantajoso e não está disposta a aceitar novamente uma fronteira marítima baseada no argumento da plataforma continental (Schofield e Arsana, 2007: 71). Ao invés, exige uma fronteira que se traduza na *median line* entre os dois países.

As negociações morosas resultam na assinatura do *Timor Gap Treaty* em 1989. Este tratado não inclui uma delimitação definitiva, mas estabelece um regime institucional para a exploração comum dos recursos petrolíferos no mar de Timor. Através dele, o território em discussão do *Timor Gap* fica dividido em três áreas. A Figura 2 inclui uma visão geral desta divisão. A Área B, a parte mais a sul, está sob a administração da Austrália. Nesta zona o país recebe 84% dos rendimentos da exploração dos recursos petrolíferos e a Indonésia 16% (Kaye, 1994: 80). A área C, a parte mais a norte, pertence à Indonésia. O Estado recebe 90% dos rendimentos desta zona e a quota-parte da Austrália é de 10% (Ishizuka, 2004: 279). A área A, a parte maior do território discutido, é uma zona de cooperação na exploração dos recursos. Encontra-se a norte do meio entre a Austrália e a ilha de Timor e, na altura das negociações, supunha-se que uma grande parte do petróleo ficaria nesta região do mar de Timor. Para a administração desta área o tratado cria duas instituições, o Conselho Ministerial e a Autoridade Comum. O Conselho Ministerial consiste num número igual de ministros da Austrália e da Indonésia e a sua principal função é a responsabilidade para com todos os assuntos ligados à exploração dos recursos petrolíferos na zona de cooperação (Kaye, 1994: 84). A Autoridade Comum é a unidade competente para as decisões técnicas do dia-a-dia (*ibidem*: 85). As suas tarefas são distribuídas entre a Austrália e a Indonésia. Os princípios reguladores do *Timor Gap Treaty* constituem a base e o ponto de partida das negociações entre Timor-Leste e a Austrália em matéria energética.

Figura 2: Exploração de recursos no mar de Timor sob o Timor Gap Treaty



Fonte: Mercer (2004: 301)

Timor-Leste sempre considerou o *Timor Gap Treaty* um tratado ilegal e inválido (Triggs e Bialek, 2002: 328). Já antes da independência timorense da Indonésia, os representantes do país criticavam-no. Eles acentuam que a Indonésia não tinha o direito de entrar em negociações sobre recursos que não lhe pertenciam e que o reconhecimento da sua soberania sobre o território timorense pela Austrália transgredia o direito internacional. Os representantes de Timor-Leste reclamam uma fronteira marítima equidistante dos países. A sua posição é que todos os recursos petrolíferos no mar de Timor que ficam a norte da linha que marca o meio entre os dois Estados pertencem ao seu país (Lundahl e Sjöholm, 2006: 6). Neste contexto, o Estado invoca tanto o conteúdo da *UNCLOS* como a jurisdição dos tribunais internacionais relacionada com a delimitação de fronteiras marítimas.

Além disso, Timor-Leste não aceita as margens verticais do *Timor Gap*. O governo timorense argumenta que o país teria direito a uma parte mais ampla do mar de Timor se as leis internacionais fossem respeitadas (Nevins, 2004: 7). Segundo ele, a aplicação dos princípios codificados na *UNCLOS* levariam a uma renovação das margens laterais contra as linhas acordadas no tratado entre a Austrália e a Indonésia em

1972 e a um alargamento da área timorense no mar. Esta mudança iria adicionar uma parte maior dos campos petrolíferos do mar ao território de Timor-Leste (Nevins, 2004: 7). O país exige que a Austrália pare a exploração do petróleo dos campos que ficam nesta zona disputada fora do *Timor Gap* até se chegar a um acordo definitivo. No entanto, a Austrália não atendeu a este pedido. Além disso, Timor-Leste está interessado em estabelecer uma indústria nacional que tenha a capacidade de processar o petróleo do mar de Timor. Por isso, o Estado reclama a construção de um gasoduto até à costa timorense (Lundahl e Sjöholm, 2006: 10). Em contrapartida, a Austrália pretende promover a economia local do Território Norte através do transporte de petróleo para Darwin.

No período de 1999 até 2002, em que Timor-Leste prepara a sua independência sob a administração da *United Nations Transitional Administration in East Timor* (UNTAET), as negociações entre os dois países continuam. Enquanto a Austrália quer manter o *status quo* no mar de Timor para não afetar o trabalho das empresas petrolíferas com que o Estado tinha assinado contratos, Timor-Leste insiste na delimitação rápida de uma fronteira para completar o processo da independência e da criação do novo Estado. As negociações entre a Austrália, Timor-Leste e a UNTAET levam ao *Timor Sea Treaty*, que tem como objetivo a continuação das atividades de exploração no *Timor Gap* que tinham começado sob o *Timor Gap Treaty*. O conteúdo trata apenas da regularização da exploração dos recursos petrolíferos e da distribuição dos seus rendimentos e mantém muitos aspetos do *Timor Gap Treaty*. Segundo o artigo 22 do *Timor Sea Treaty* (2002: 14), o tratado estará em vigor até ser alcançado um acordo sobre a delimitação da fronteira marítima. Se os países não conseguirem chegar a um acordo, o tratado será anulado trinta anos depois do dia em que foi assinado. No âmbito do *Timor Sea Treaty*, a parte de Timor-Leste nos rendimentos da exploração na zona de cooperação, que se chama agora *Joint Petroleum Development Area* (JPDA), aumenta para 90 por cento (*Timor Sea Treaty*, 2002: 4). As margens do *Timor Gap* ficam inalteradas, portanto a população timorense não fica satisfeita com o tratado.

Em 2002, dois meses antes da independência de Timor-Leste, a Austrália retira-se não só da jurisdição do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), relacionada com questões da delimitação de fronteiras marítimas, mas também do Tribunal Internacional do Direito do Mar (Schoefield, 2005: 269). Assim, o país impede que Timor-Leste se dirija a um tribunal internacional para apresentar queixa relativamente ao *Timor Sea*

Treaty. Devido a esta decisão, um esclarecimento judicial da disputa torna-se impossível.

A disputa sobre os recursos no mar de Timor tem um papel importante nas relações entre Timor-Leste e a Austrália. Segundo Anderson (2003: 119), a maior ligação económica entre estes Estados não é o comércio ou a ajuda ao desenvolvimento mas a divisão do petróleo. Especialmente os dois maiores campos petrolíferos descobertos até agora estão no centro da atenção. Estes são Bayu Undan dentro da JPDA e *Greater Sunrise*, que só parcialmente se encontra dentro desta zona (De Almeida Serra, 2006: 4).

O acesso aos recursos petrolíferos no mar tem uma importância para Timor-Leste que não pode ser sobrestimada. O país não possui quantidades significativas de recursos na sua terra firme (Mercer, 2004: 296). O produto mais importante da exportação para além do petróleo, o café, não financia nem 10% das importações (Doraisami, 2009: 166). Assim, o petróleo é de longe a fonte maior de receita para o financiamento das despesas do Estado. Os rendimentos da exploração de petróleo contribuem em cerca de 50% para o orçamento anual de Timor-Leste (Thaler, 2011: 1). Portanto, o acesso a estes recursos é indispensável para o financiamento do desenvolvimento do país. Especialmente por causa do facto de a vida económica das reservas conhecidas ser limitada, Timor-Leste quer assegurar que vai beneficiar deles antes que o petróleo se esgote. A economia australiana não depende tanto destes recursos mas o Estado pretende usá-los para dar um grande impulso à economia do Território Norte.

5. O *Transnational Advocacy Network* da área dos recursos petrolíferos no mar de Timor

O *Transnational Advocacy Network* que trabalha na área da utilização dos recursos petrolíferos do mar de Timor e que se envolveu nas negociações bilaterais em torno deles tem a sua origem na sociedade civil timorense.

A partir de 2002, depois de terem consolidado a sua própria estrutura, as ONGs de Timor-Leste começaram a trabalhar na área dos recursos petrolíferos. Daí surgiu gradualmente uma rede transnacional de atores não-governamentais que abrangeu membros de vários países. Neste processo, a ONG timorense La'o Hamutuk teve um papel central. Esforçou-se por estabelecer ligações com atores estrangeiros que estivessem dispostos a apoiá-la a defender os interesses da sociedade civil de Timor-Leste contra as políticas do governo australiano (La'o Hamutuk, 2003b: 10). A

organização considerou o envolvimento de atores da sociedade civil de outros países, e especialmente da Austrália, como parte integrante da tentativa de exercer pressão (La'o Hamutuk, 2003b: 10). Além disso, a ONG teve um papel importante na coordenação das atividades dos grupos timorenses relacionadas com a disputa sobre o petróleo. Assim, a La'o Hamutuk é um dos três atores mais relevantes do *Transnational Advocacy Network* e contribuiu de forma significativa para que a rede funcionasse. A organização foi fundada em 2000 por ativistas timorenses e internacionais com o objetivo de encontrar uma maneira de interagir com a grande quantidade de instituições internacionais que chegaram a Timor-Leste depois do fim da ocupação indonésia (La'o Hamutuk, 2003a: 2). A ONG considera como suas tarefas principais monitorizar os atores internacionais no país e avaliar as suas atividades, melhorar a comunicação entre a população timorense e a comunidade internacional para facilitar a cooperação e assegurar a participação da sociedade timorense no desenvolvimento económico e social de Timor-Leste (La'o Hamutuk, 2009: 2). Adicionalmente, a La'o Hamutuk age como fornecedor de informações sobre o desenvolvimento do país. Embora a ONG trabalhe em várias áreas, nomeadamente justiça e direitos humanos, combate à corrupção, proteção ambiental e educação, as suas atividades referentes à disputa sobre o mar de Timor ocupam um grande espaço.

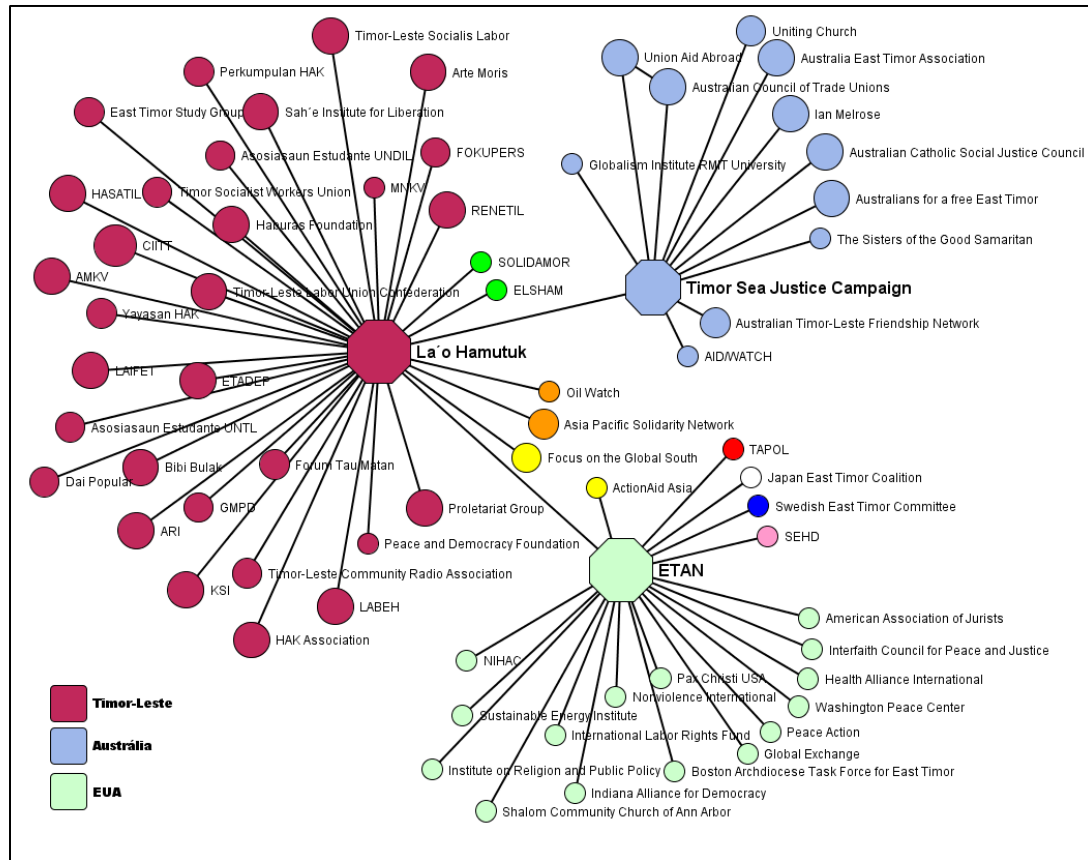
Deste a sua fundação a La'o Hamutuk tem fortes ligações com o East Timor Action Network (ETAN), uma ONG americana, que é o segundo ator central no *Transnational Advocacy Network*. A ETAN foi fundada em 1991 como reação às violações dos direitos humanos cometidos pelas forças militares indonésias em Timor-Leste. O seu objetivo principal era chamar a atenção para a situação em Timor-Leste e interceder pelo direito à autodeterminação da população timorense (ETAN, 2013a). Depois da independência, a organização começou a trabalhar também noutras áreas para além do tema dos direitos humanos e empenhou-se especialmente na disputa sobre o mar de Timor. Para alcançar o seu objetivo de apoiar Timor-Leste, a ONG tenta influenciar a política externa dos Estados Unidos e sensibilizar e mobilizar a sociedade americana (ETAN, 2013a). A ETAN fornece um meio através do qual os ativistas da sociedade civil timorense podem fazer-se ouvir nos Estados Unidos. A organização tem representação em 14 estados americanos e tenta entrar em contacto com colaboradores das instituições políticas nacionais (ETAN, 2002: 1).

Tanto a La'o Hamutuk como a ETAN mantêm relações com organizações de outros países, embora a maioria das suas ligações seja com grupos dos seus respetivos

Estados. Portanto, na tentativa de encontrar apoiantes ao nível internacional, puderam partir da base de ligações que já tinham noutros domínios temáticos. A ETAN mantém relações com numerosas organizações americanas de vários domínios. Este grupo inclui tanto ONGs como organizações ligadas à Igreja. Entretanto, os outros membros americanos da rede para além da ETAN foram menos ativos do que as ONGs timorenses e australianas. A ETAN também mantém relações com organizações no Bangladeche, na Suécia, no Japão, no Reino Unido e na Tailândia.

O terceiro membro central da rede transnacional é a Timor Sea Justice Campaign, da Austrália. Este grupo foi fundado em 2004, especificamente para sensibilizar a opinião pública australiana para a perspetiva timorense na disputa com a Austrália e para apoiar Timor-Leste. A campanha coordenou as atividades da sociedade civil australiana relacionadas com o assunto dos recursos no mar de Timor. Pretendeu mudar a política do governo da Austrália no que diz respeito à disputa com Timor-Leste (Timor Sea Justice Campaign, 2004: 2). A campanha fez *lobbying* para chamar a atenção do governo australiano para os direitos económicos do país vizinho (*ibidem*).

Figura 3: Os membros do Transnational Advocacy Network



Estes três grupos foram os atores mais ativos do *Network*. Eles formaram a coluna vertebral da rede transnacional e sustentaram as suas atividades. A Figura 3 é uma imagem do *Transnational Advocacy Network* que mostra também as outras organizações que dele fazem parte. A maior parte dos membros da rede são grupos da sociedade civil timorense. A sua extensão representa a atividade da organização. Há grupos, como, por exemplo, a Peace and Democracy Foundation, que somente participaram uma vez numa atividade relacionada com as negociações entre a Austrália e Timor-Leste. Outros tiveram um papel mais ativo e importante. Muitas ONGs de Timor-Leste que fazem parte da rede trabalham também noutras áreas. Há um grande grupo que tem como tema principal os direitos humanos ou o desenvolvimento económico do país. Apenas o *Independent Information Center on the Timor Sea* (CIITT), uma ONG fundada em 2002, está unicamente focada nos recursos petrolíferos no mar de Timor. Além das organizações não-governamentais, os membros timorenses do *Transnational Advocacy Network* incluem sindicatos, grupos de estudantes e a Timor-Leste Community Radio Association.

Juntamente com outras vinte organizações, a La'o Hamutuk fundou em 2004 o *Movimento Contra a Ocupação do Mar de Timor* (La'o Hamutuk, 2004: 6). Este movimento abrange, entre outros, os grupos HAK Association, Haburas Foundation, Lalenok Ba Ema Hotu (LABEH) e o Sah'e Institute for Liberation; agrega ONGs e outros atores da sociedade civil. O grupo serviu como base para uma campanha conjunta e como um fórum para coordenar as atividades das organizações. O *Movimento Contra a Ocupação do Mar de Timor* (2004: 2) descreve-se como movimento nacional que representa todos os grupos e níveis da sociedade timorense e que defende os interesses da população do país. As suas exigências dirigem-se aos governos de Timor-Leste e da Austrália. Reclama um acordo rápido sobre a fronteira marítima entre os dois países que deverá ser baseado nos princípios codificados na *UNCLOS* e no princípio de equidistância (*Movimento Contra a Ocupação do Mar de Timor*, 2004: 1). Além disso, o Movimento exige que o governo australiano volte a dar licença ao TIJ e TIDM para decidir sobre assuntos ligados à delimitação das fronteiras marítimas da Austrália e que o Estado pare de atribuir novas licenças para a exploração de petróleo nas partes do mar de Timor que são disputadas (*ibidem*). O Movimento quer também que o governo australiano guarde todos os rendimentos dos campos petrolíferos nas zonas disputadas até ser encontrado um acordo definitivo, pedindo ao governo timorense que exija negociações rápidas sobre a fronteira marítima. Para além disso,

apelam à união dos líderes políticos timorenses e a que se declararem contra a ocupação ilegal do mar de Timor pela Austrália (*ibidem*: 2). Além destas ligações com atores nacionais, a La'o Hamutuk mantém relações com ONGs na Indonésia e na Tailândia, como por exemplo com a *Focus on the Global South* e *ActionAid Asia* na Tailândia e *Solidamor* e o *Institute of Human Rights Studies and Advocacy (ELSHAM)* na Indonésia.

Na sociedade australiana houve várias organizações que se solidarizaram com os interesses de Timor-Leste. A Timor Sea Justice Campaign teve relações com um grupo de organizações muito ativas nesta matéria. Além de seis ONGs,¹ os membros australianos do *Transnational Advocacy Network* consistiram em três grupos de igrejas, uma associação de sindicatos e um *Think Tank*. Além disso, Ian Melrose, um empresário privado da Austrália, apoiou a causa da rede transnacional. A Timor Sea Justice Campaign e as outras organizações australianas aderiram às exigências dos seus parceiros de Timor-Leste. Partilham a crença de que, sob o direito internacional em vigor, Timor-Leste tem direito a todos os recursos petrolíferos a norte da *median line* entre os dois países e pensam, por isso, que o petróleo de toda esta área deve ser explorado pelos timorenses (Timor Sea Justice Campaign, 2007: 2). Os grupos australianos reclamaram do seu governo um comportamento cooperativo e justo nas negociações com o seu país vizinho.

6. O papel do *Transnational Advocacy Network* no processo negocial

O *Transnational Advocacy Network* começa a envolver-se no âmbito da disputa sobre o mar de Timor em 2002, numa altura em que Timor-Leste e a Austrália já tinham assinado o *Timor Sea Treaty*. O tratado ainda não entrou em vigor, porque os parlamentos dos dois países não o ratificaram e até esta data as regulamentações do *Timor Gap Treaty* continuam válidas. Como o *Timor Sea Treaty* é um acordo provisório, que regula a exploração dos recursos petrolíferos antes da delimitação da fronteira marítima, o governo timorense entrou em contacto com a Austrália em 2002 e pediu negociações sobre esta questão. Os membros do *Transnational Advocacy Network* apoiam a exigência do governo de Timor-Leste de uma decisão rápida sobre os assuntos territoriais no mar de Timor e começam a sensibilizar o público. Em 2002, a La'o Hamutuk escreve cinco artigos para jornais timorenses sobre o tema e organiza,

¹ Estas são AID/WATCH, Australian Timor-Leste Friendship Network, Australians for a free East Timor, Australia East Timor Association e Union Aid Abroad.

juntamente com outras ONGs timorenses, debates públicos semanais sobre assuntos relacionados com os recursos petrolíferos (La'o Hamutuk, 2003a: 8). Na sua própria revista, a organização publica também informações sobre o petróleo e o *Timor Sea Treaty*. Além disso, convida um especialista neozelandês de direito internacional do mar para uma reunião pública em Timor-Leste. Em 2002, a La'o Hamutuk transmite também três programas de rádio que incluem informações sobre a disputa e os recursos.

No processo de ratificação do *Timor Sea Treaty*, os membros da rede interagem com vários atores estatais timorenses e também australianos. Em junho de 2002, 13 grupos da sociedade civil timorense escreveram uma carta ao parlamento de Timor-Leste. Entre eles encontram-se: La'o Hamutuk, Haburas Foundation, Forum Komunikasi Untuk Perempuan Loro Sae (FOKUPERS), East Timor Study Group, Pro-Democracy Students' Movement (GMPD), East Timorese Union Confederation, Kdadalak Sulimutuk Institute, Timor Socialist Workers Union, Yayasan HAK e Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste (RENETIL). Reclamam ao parlamento que não ratifique o tratado e, em vez disso, insistem na inclusão da questão da fronteira na sua renegociação. As ONGs também exigem que o Estado timorense leve o assunto da fronteira ao TIJ antes que a decisão da Austrália de saída entre em vigor (Freitas, 2002: 3).

Entre julho e outubro de 2002, o *Joint Standing Committee on Treaties* do parlamento australiano recolhe informações sobre o *Timor Sea Treaty* para o debate sobre a sua ratificação (La'o Hamutuk, 2003a: 8). Não só a La'o Hamutuk mas também o CIITT e a ETAN entregam documentos para discussão. A ETAN sublinha que os olhos do mundo estão postos na Austrália e que a reputação do país depende da forma de lidar com o assunto do mar de Timor (Miller, 2002). A ONG pede o respeito da Austrália pelo direito internacional do mar. Exige que o país não considere o *Timor Gap Treaty* como base das negociações com Timor-Leste e argumenta que um acordo sobre a delimitação da fronteira marítima é mais urgente do que a distribuição dos rendimentos do petróleo (*ibidem*). Além disso, a ETAN reclama que a Austrália volte aos mecanismos para a conciliação de disputas do TIJ. As exigências da La'o Hamutuk e do CIITT são idênticas às da ETAN. Os dois grupos reclamam expressamente que o parlamento australiano não assine o *Timor Sea Treaty* e que todos os rendimentos da exploração de petróleo nas áreas disputadas fiquem guardados até haver uma decisão definitiva sobre a fronteira marítima.

Apesar do esforço da rede transnacional, os parlamentos dos dois países ratificaram o *Timor Sea Treaty*, que entrou em vigor em abril de 2003. Ao mesmo tempo, os governos assinaram um acordo sobre a utilização do campo *Greater Sunrise* (Sunrise International Unitisation Agreement), o maior campo de petróleo conhecido no mar de Timor. Uma pequena parte do *Greater Sunrise* encontra-se na JPDA, mas a parte principal está localizada a leste, numa área disputada. Este documento determina a divisão dos rendimentos da exploração entre a Austrália e Timor-Leste até haver acordo quanto à fronteira marítima. Segundo o artigo 7 do acordo, 20.1% dos rendimentos são atribuídos à JPDA e 79.9% à Austrália (Sunrise International Unitization Agreement, 2003: 6). Isto significa que no total Timor-Leste recebe apenas 18% dos rendimentos obtidos (Schoefield, 2005: 276).

No verão de 2003, um ano depois de este ter sido feito, o governo australiano responde ao pedido timorense para iniciar negociações sobre a fronteira marítima no mar de Timor. Os dois países combinam um primeiro encontro em novembro de 2003 para conversações preparatórias (De Lemos, 2004). Antes desta reunião, o *Transnational Advocacy Network* era já muito ativo. Já no início de 2003, a ETAN aproveitou o *Australia Day*, um feriado nacional para recordar a história australiana, como data simbólica para dirigir uma carta ao governo da Austrália. Nela, a ONG novamente enumera as exigências da rede transnacional e tenta exercer pressão para que o governo australiano aja em conformidade em relação a Timor-Leste (ETAN, 2003: 1), estabelecendo mesmo uma ligação entre o *Australia Day* e a disputa sobre o petróleo:

Many Australian activists have decried the fact that the holiday celebrates a sometimes-brutal colonial history [...] The Australian government can and should begin reclaiming the holiday for justice and fairness by pledging to honor the sovereignty and resource rights of East Timor, Asia's poorest country. (ETAN, 2003: 2)

Durante o ano de 2003, a La'o Hamutuk publica informações sobre o conflito económico usando artigos em jornais timorenses e no jornal britânico *The Guardian* e vários programas de rádio transmitidos nas línguas locais de Timor-Leste (La'o Hamutuk, 2003b: 10). Assim, a ONG pretende não só sensibilizar a população timorense mas também influenciar a opinião pública internacional. Em março de 2003, a La'o Hamutuk organiza uma reunião pública em Díli com um especialista canadense

na matéria de fronteiras marítimas (*ibidem*). A organização recolhe informações sobre muitos aspetos relacionados com os recursos no mar de Timor e torna-as acessíveis aos timorenses e jornalistas estrangeiros. Além disso, a La'o Hamutuk entrega um relatório ao *Joint Standing Committee on Treaties* do parlamento australiano sobre o Sunrise International Unitisation Agreement (IUA). Nele, a ONG acentua que este acordo apenas serve os interesses económicos de curto-prazo da Austrália e repete as reclamações do *Transnational Advocacy Network* (Do Nascimento, 2003: 2). A ETAN (2013b) disponibiliza informações sobre a disputa e o petróleo no seu *website*, onde ela também reúne relatórios das atividades dos outros membros da rede.

Alguns dias antes do início das negociações, em novembro de 2003, o *Transnational Advocacy Network* envia uma carta ao primeiro-ministro da Austrália que é assinada por 100 ONGs de 19 países. Nesta, as organizações acusam o governo australiano de não respeitar os direitos de Timor-Leste e reclamam a delimitação da fronteira marítima na base da *UNCLOS*. Acentuam que a independência timorense não está completa enquanto o novo Estado não tiver todas as suas fronteiras juridicamente delimitadas. Através da carta, a rede mostra a sua capacidade de mobilizar apoio a nível nacional. Na sua resposta, o governo australiano rejeita a acusação e as exigências e sublinha que a Austrália está interessada em ajudar Timor-Leste.

Para exercer pressão sobre o governo australiano, a La'o Hamutuk mobiliza os membros da rede. A sua chamada para ações em todo o mundo no *Australia Day* de 2004 resulta em manifestações no Reino Unido, nos Estados Unidos e na Tailândia que se prolongam ao longo do ano (La'o Hamutuk, 2004: 6). No âmbito deste feriado, a organização timorense CIITT publica uma declaração em que solicita ao governo australiano que entre em negociações sérias de forma a chegar rapidamente a um acordo sobre a fronteira marítima, baseado nas regulações da *UNCLOS*. Além do mais, a ONG apela à solidariedade da sociedade civil da Austrália e pede o apoio da comunidade internacional (CIITT, 2004). A ETAN divulga informações sobre o contexto da disputa e apela a todos os seus membros para escreverem cartas às embaixadas australianas em todo o mundo por causa do *Australia Day*. A rede transnacional também usa o aniversário de Timor-Leste como data simbólica para atividades relacionadas com as negociações entre os dois países.

O *lobbying* da ETAN nos Estados Unidos leva a uma carta escrita em março de 2004 por 53 membros do Congresso que se dirige ao primeiro-ministro australiano, reiterando a necessidade de negociações justas. Em julho de 2004, alguns dos

signatários do Congresso levantam a questão de Timor-Leste novamente num debate sobre um acordo de comércio livre entre a Austrália e os EUA (Miller, 2004). Assim, estabelecem uma ligação entre a disputa sobre o mar de Timor e um assunto económico que o governo australiano considera fundamental. Através destas atividades em cooperação com deputados americanos, a ETAN mostra a sua capacidade de influenciar o Senado norte-americano de uma maneira desvantajosa para a Austrália. Além disso, a ONG confronta o primeiro-ministro australiano com as exigências da rede transnacional durante a sua visita aos EUA. Nos três dias antes do início da primeira ronda de negociações sobre o mar de Timor, em abril de 2004, a La'o Hamutuk organiza manifestações em Díli juntamente com os outros membros do *Movimento Contra a Ocupação do Mar de Timor*. O grupo de ONGs também publica dois comunicados antes das negociações com as suas reclamações. Nesta primeira ronda de negociações a delegação australiana não está pronta para falar sobre as margens laterais do *Timor Gap* e sobre o acesso ao petróleo fora desta zona (De Lemos, 2004).

Em maio do mesmo ano, o *Movimento Contra a Ocupação do Mar de Timor* entra em contacto com a Timor Sea Justice Campaign da Austrália e pede apoio. Esta começa a mobilizar a sociedade civil do seu país e organiza duas petições. O *Australian Catholic Justice Council* expressa a sua solidariedade com Timor-Leste num comunicado de imprensa e outros membros australianos da rede divulgam informações sobre a disputa.

Ligada a uma outra ronda de negociações em outubro de 2004, várias organizações da sociedade civil timorense, entre elas os membros do *Movimento Contra a Ocupação do Mar de Timor*, publicam dois comunicados de imprensa para confrontar o governo australiano novamente com as suas reclamações e para criticar o seu comportamento. Os grupos acusam o governo da Austrália, explicitamente, de ‘roubar’ os recursos naturais que pertencem a Timor-Leste (Freitas, 2004). Como consequência, a Austrália decide cortar o seu financiamento às ONGs timorenses que tinham assinado o texto (Ellis, 2007: 1). A La'o Hamutuk publica um comunicado de imprensa no qual condena esta decisão (Soares e Grainger, 2005).

No início de 2005, o empresário australiano Ian Melrose inicia uma campanha para chamar a atenção da sociedade civil do seu país para a disputa sobre os recursos no mar de Timor e para pressionar o governo. Produz vários anúncios na televisão que são transmitidos antes do *Australia Day* e até à terceira ronda de negociações em abril. Neles, usa a estratégia de *naming and shaming* para prejudicar a reputação do governo.

Melrose descreve o comportamento do governo como ‘roubo’, comparando-o com outros ‘ladrões’. Enquadra o comportamento do governo no contexto de pobreza de Timor-Leste e declara que roubar a uma nação do terceiro mundo mata crianças (Timor Sea Justice Campaign, 2005a, 2005b). Esta representação drástica e emocional do assunto tem em vista encorajar a sociedade civil a agir.

Melrose utiliza datas simbólicas como o feriado *ANZAC (Australian and New Zealand Army Corps) Day* e a data do dia em que o governo decidiu deixar de aceitar a jurisdição do TIJ em assuntos de fronteiras marítimas para transmitir novos anúncios na televisão australiana. As suas mensagens são ligadas às datas escolhidas e acentuam sempre que a população australiana se sente envergonhada com a postura do governo na disputa com Timor-Leste. Duas estações de televisão importantes, Channel Seven e SBS, que é uma emissora de televisão pública, recusam-se a transmitir os anúncios, mas eles são divulgados também pela Timor Sea Justice Campaign. Os responsáveis das duas estações de televisão não dão nenhuma justificação oficial para terem tomado essa decisão, mas indicam que estão preocupados com o conteúdo dos anúncios para os jovens espetadores (Clarke, 2005a)

Alguns dias antes da ronda de negociações em maio de 2005, não só o *Movimento Contra a Ocupação do Mar de Timor* mas também o *Australian Council of Trade Unions* e a *Union Aid Abroad* publicam comunicados de imprensa e pedem novamente uma rápida decisão sobre a fronteira marítima e o reconhecimento do direito de Timor-Leste sobre o petróleo do campo *Greater Sunrise*. As ONGs timorenses criticam uma oferta australiana que inclui a proposta de pagar cinco milhões de dólares ao Estado de Timor-Leste para este renunciar ao seu direito de acesso ao campo petrolífero. A Conferência dos Bispos Católicos da Austrália (2005) apela à generosidade do governo australiano nas negociações sobre o mar de Timor. Devido ao *lobbying* da ETAN, os membros do Congresso dos EUA escrevem uma outra carta ao primeiro-ministro australiano em maio de 2005 e confirmam o seu apoio às exigências do *Transnational Advocacy Network*.

Na negociação entre os dois Estados, a Austrália sugere um acordo em que Timor-Leste receba uma parte dos rendimentos de *Greater Sunrise* e em troca prescindia de uma delimitação definitiva da fronteira marítima nas próximas décadas. A delegação timorense concorda com este compromisso e os negociadores decidem elaborar o contrato para assinatura em 2006. A ETAN critica tanto esta proposta como a sua apresentação por parte do governo como uma concessão generosa da parte da Austrália.

A ONG argumenta que o governo australiano pretende trair de novo o seu país vizinho e acentua que o campo petrolífero *Greater Sunrise* pertence a Timor-Leste (Miller, 2005). O *Movimento Contra a Ocupação do Mar de Timor*, juntamente com a Timor Sea Justice Campaign, organiza uma série de palestras na Austrália em que um membro da La'o Hamutuk apresenta informações sobre o processo da disputa e o Estado da situação à população australiana. Em dezembro de 2005, a Timor Sea Justice Campaign publica um comunicado de imprensa relativo à distribuição dos rendimentos de *Greater Sunrise*. Neste, declara que a decisão de prescindir da delimitação da fronteira é míope e motivada pela ganância e pelo egoísmo do governo australiano (Clarke, 2005b).

Timor-Leste e a Austrália assinam o Treaty on Certain Maritime Arrangements in the Timor Sea (CMATS) em janeiro de 2006. Segundo este, cada país recebe 50% dos rendimentos da exploração do petróleo de *Greater Sunrise* mas a questão do processamento do petróleo continua por resolver. A ETAN e a Timor Sea Justice Campaign publicam comunicados de imprensa para comentarem a situação: a ONG americana acentua que o tratado é apenas uma solução temporária da disputa e que não corresponde aos direitos e interesses de Timor-Leste. Acusa a Austrália de roubo dos recursos timorenses e sublinha que o governo australiano mostrou um tratamento desigual para com o seu país vizinho. A Timor Sea Justice Campaign também critica o CMATS por não resolver o conflito mas somente adiar a decisão sobre a fronteira marítima. Usando a estratégia de *naming and shaming*, declara que a ganância e o egoísmo do governo australiano trouxeram uma vez mais vergonha a todos os australianos que acreditam num *fair go*. Segundo o grupo, o acordo marca mais um ‘capítulo triste da traição’ na política externa da Austrália e danifica a reputação do país (La'o Hamutuk, 2006). A La'o Hamutuk escreve uma carta ao presidente e ao parlamento de Timor-Leste e pede que o CMATS não seja ratificado nestes termos. Em vez disso, a ONG sugere a renegociação do seu conteúdo. Os membros do *Transnational Advocacy Network* também entregam cartas ao parlamento australiano e pedem que o CMATS não seja ratificado por ser o resultado de negociações desiguais entre os dois países. No entanto, os apelos não impedem a ratificação do tratado. O facto de Timor-Leste ratificar o CMATS está ligado aos esforços do governo australiano de pressão sobre o país vizinho.

Durante este processo de negociações, entre 2002 e 2006, os membros da rede transnacional que trabalham na Indonésia, na Tailândia, e nos Estados europeus divulgaram principalmente informações sobre a disputa e o comportamento da Austrália

nos seus respetivos países. Tiveram um papel mais passivo do que os atores-chave timorenses, australianos e americanos.

No geral, o *Transnational Advocacy Network* exerce pressão sobre o governo da Austrália a partir de dentro do país e de fora. Assim, a rede consegue pressioná-lo numa escala fora do alcance do governo timorense. Também alarga o número dos atores que se envolvem na disputa sobre os recursos a favor de Timor-Leste. Estes aspetos reforçaram a posição negocial timorense e contribuíram para um acordo que difere do conteúdo do *Timor Gap Treaty* e que aumenta a parcela dos rendimentos da exploração do país significativamente. A rede transnacional age de uma maneira profissional e bem organizada. Utiliza todas as estratégias descritas por Keck e Sikkink (1998), especialmente *information politics* e *moral leverage* mas também *symbolic politics*. A La'o Hamutuk consegue estabelecer-se como uma fonte de informação importante para jornalistas de todo o mundo, tendo grande influência sobre a forma como a disputa é percebida no exterior. O *Transnational Advocacy Network* coloca a disputa no contexto da luta timorense pela independência. No âmbito deste enquadramento a rede descreve a situação no mar de Timor como uma ocupação ilegal pela Austrália. Através disso faz uma conexão entre este conflito económico e a ocupação indonésia no passado. Assim, cria os pontos de ligação necessários para os grupos que já estavam empenhados pela independência de Timor-Leste.

No entanto, quanto ao sucesso do *Transnational Advocacy Network* nota-se também que, apesar das suas numerosas atividades e do grande empenho na questão, a maior parte das suas reclamações não foram realizadas. Isto mostra que a influência da rede não pode ser lida como tendo tido um amplo impacto no processo.

7. Conclusão

No âmbito deste trabalho foi analisado o papel de um *Transnational Advocacy Network*, que é constituído principalmente por organizações timorenses, australianas e americanas, no conflito económico entre a Austrália e Timor-Leste referente aos recursos petrolíferos no mar de Timor. O trabalho pretendia responder à questão *Qual é o impacto do Transnational Advocacy Network timorense no resultado das negociações entre a Austrália e Timor Leste sobre os recursos petrolíferos no mar de Timor?* Neste contexto, as atividades e estratégias dos membros da rede transnacional no período de 2002 até 2006 foram examinadas.

A investigação mostra que o *Transnational Advocacy Network* consiste em três atores-chave, a La'o Hamutuk, a ETAN e a Timor Sea Justice Campaign, que são indispensáveis para o funcionamento da rede. Estes membros são mais ativos do que os outros e dominam a estrutura do *Network*. O comportamento da rede é caracterizado por um alto nível de coordenação e cooperação entre os seus membros. Os seus atores defendem os interesses da sociedade civil de Timor-Leste e usam várias estratégias para pressionar o governo australiano. Assim, o *Transnational Advocacy Network* conseguiu melhorar a posição negocial de Timor-Leste e influenciou o resultado das negociações a favor deste Estado. Contudo, e apesar de ter conseguido não só chamar a atenção do público internacional para a disputa mas também mobilizar o apoio de atores poderosos a nível global, a maior parte das suas exigências não foram consideradas no acordo final entre os dois países. Isto indica que o poder da rede deparou-se com os seus limites e que a Austrália considerou o dano provocado pela mudança da fronteira marítima maior do que o dano causado pelo *Transnational Advocacy Network* para a sua reputação internacional.

Referências bibliográficas

- Anderson, Tim (2003), “Aid, Trade and Oil: Australia’s Second Betrayal of East Timor”, *Journal of Australian Political Economy*, 52, 113-127.
- Antunes, Nuno Sérgio (2003), “Spatial Allocation of Continental Shelf Rights in the Timor Sea: Reflections on Maritime Delimitation and Joint Development”, *The Center for Energy, Petroleum and Mineral Law and Policy Journal*, 13, 1-45.
- Bugalski, Natalie (2004), “Beneath the Sea – Determining a Maritime Boundary between Australia and East Timor”, *Alternative Law Journal*, 29, 289-293.
- Chaudhry, Faisal (2006), “Minding the Timor Gap”, *Dollars and Sense*, 266, 27-36.
- CIITT (2004), “CIITT Statement for Australia Day 2004”. Página consultada a 21.04.2013, em <http://etan.org/news/2004/01citt.htm>.
- Clarke, Tom (2005a), “SBS and Seven pull Timor Sea Ads”. Página consultada a 21.04.2013, em <http://members.pcug.org.au/~wildwood/05mar25tsjc.html>.
- Clarke, Tom (2005b), “Timor Sea Lobby Group skeptical of 'Grinch' Downer” Timor Sea Justice Campaign Media Release. Página consultada a 21.04.2013, em <http://www.etan.org/et2005/december/01/30deal.htm#tsjc>.

- Conferência dos Bispos Católicos da Australia (2005), “Catholic Bishops Call for Generosity in Timor Sea Talks”. Página consultada a 21.04.2013, em <http://www.catholic.net.au/Asp/index.asp?pgid=11475&cid=5533&id=450>.
- Cotton, James (2003), “From ‘Timor Gap’ to ‘Timor Sea’”, *Australian Quarterly*, 75, 27-32.
- De Almeida Serra, António (2006), *Timor-Leste: o petróleo e o futuro*. ISEG – CesA Documentos de Trabalho 71.
- De Lemos, Manuel (2004), “Timor Sea Office Maritime Boundary Dispute Speech”, Speech for the Timor Sea Justice Campaign. Página consultada a 21.04.2013, em <http://etan.org/et2004/september/08-14/08martme.htm>.
- Do Nascimento, Adriano (2003), “Submission to the Australian Parliament’s Joint Standing Committee on Treaties regarding the Agreement between the Government of Australia and the Government of the Democratic Republic of Timor-Leste relating to the Unitisation of the Sunrise and Troubadour Fields”. Página consultada a 21.04.2013, em <http://www.etan.org/lh/misc/0307aust.html>.
- Doraisami, Anita (2009), “Fiscal Policy Challenges in Timor-Leste. Is the Resource Course on the Horizon?”, *ASEAN Economic Bulletin*, 26, 164-173.
- Drysdale, Jennifer (2007), *Sustainable Development or Resource Cursed? An Exploration of Timor-Leste’s Institutional Choices*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade Nacional da Austrália, Austrália.
- Ellis, Peter (2007), “Whistleblowing: Lying for your country”. Página consultada a 21.04.2013, em <http://newmatilda.dev.morgan.net.au/2007/05/30/lying-your-country>.
- ETAN (2002), Annual Report 2002. Página consultada a 21.04.2013, em <http://www.etan.org/etanpdf/pdf3/annrpt02.pdf>.
- ETAN (2003), “Australian Government Must Not Cheat World’s Newest Country Out of Billions of Dollars in Oil and Gas Revenues”, *Media Release*. Página consultada a 21.04.2013, em <http://etan.org/news/2003a/01aust.htm>.
- ETAN (2013a), “About ETAN”. Página consultada a 21.04.2013, em <http://www.etan.org/etan/index.htm>.
- ETAN (2013b), “Timor Sea, Boundaries and Oil”. Página consultada a 21.04.2013, em <http://www.etan.org/issues/tsea.htm>.
- Freitas, Cicilio Caminha (2002), “National NGO Forum Timor Lorosa'e NGO Coalition for Timor Gap Monitoring”, Carta aos membros do Parlamento de Timor-Leste.

- Página consultada a 21.04.2013, em <http://www.etan.org/et2002b/june/09-15/13etngo.htm>.
- Freitas, Tomas (2004), “Timor-Leste Civil Society Demands a Fair Maritime Boundary”. Página consultada a 21.04.2013, em <http://www.etan.org/et2004/october/22/30tlcivl.htm>.
- Hunter, Tina; Storey, Thomas (2008), “Oil and Politics Apparently Do Mix: The Role of Multinational Resource Corporations in National Sovereignty”, *Asia Pacific Law Review*, 16, 111-131.
- Ishizuka, Katsumi (2004), “Australia’s Policy towards East Timor”, *The Round Table*, 93, 271-285.
- Kaye, Stuart (1994), “The Timor Gap Treaty: Creative Solutions and International Conflict”, *Sydney Law Review*, 16, 72-96.
- Keck, Margaret; Sikkink, Kathryn (1998), *Activists beyond Borders. Advocacy Networks in International Politics*. Ithaca: Cornell University Press.
- King, Robert (2002), “The Timor Gap, Wonosobo and the Fate of Portuguese Timor”, *Journal of the Royal Australian Historical Society*, 88, 75-103.
- La'o Hamutuk (2003a), “Annual Report 2002”. Página consultada a 21.04.2013, em <http://www.laohamutuk.org/AREpt/2002/anrpt2002.html>.
- La'o Hamutuk (2003b), “Annual Report 2003”. Página consultada a 21.04.2013, em <http://www.laohamutuk.org/AREpt/2003/anrpt2003.html>.
- La'o Hamutuk (2004), “Annual Report 2004”. Consultado a 21.04.2013, em <http://www.laohamutuk.org/AREpt/2004/LHAnnRept2004.pdf>.
- La'o Hamutuk (2006), “Critics Blast Australian Government's Band-Aid Approach to Timor Sea Dispute”, Comunicado de imprensa da Timor Sea Justice Campaign in Australia. Página consultada a 21.04.2013, em <http://www.laohamutuk.org/Oil/Boundary/06TSJConCMATS.htm>.
- La'o Hamutuk (2009), “Annual Report 2009”. Página consultada a 21.04.2013, em <http://www.laohamutuk.org/AREpt/2009/LHAR09.htm>.
- Lundahl, Mats; Sjöholm, Fredrik (2006), “Population Growth and Job Creation in Timor-Leste”, *Journal of the Asian Pacific Economy*, 14, 90-104.
- Mercer, David (2004), “Dividing Up the Spoils: Australia, East Timor and the Timor Sea” *Space and Policy*, 8, 289-308.

- Miller, John (2002), “Inquiry into the Timor Sea Treaty (May 2002) and the Exchange of Notes between East Timor and Australia (Timor Sea)”. Página consultada a 21.04.2013, em <http://etan.org/news/2002a/07timoil.htm>.
- Miller, John (2004), “Members of Congress Stress Concern Over East Timor-Australia Boundary Dispute During Australia Free Trade Debate”. Página consultada a 21.04.2013, em <http://etan.org/news/2004/07fta.htm>.
- Miller, John (2005), “Reported Australia/Timor-Leste Oil Deal ‘Cheats’ East Timorese, Says ETAN”. Página consultada a 21.04.2013, em <http://www.etan.org/news/2005/05cheat.htm>.
- Movimento Contra a Ocupação do Mar de Timor (2004), “Timor Sea Movement Press Release on Talks”. Página consultada a 21.04.2013, em <http://etan.org/news/2004/04mkott.htm>.
- Munton, Alexander (2006), *A Study of the Offshore Petroleum Negotiations between Australia, the U.N. and East Timor*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade Nacional da Austrália, Austrália.
- Nevins, Joseph (2004), “Contesting the Boundaries of International Justice: State Counter-mapping and offshore Resource Struggles between East Timor and Australia”, *Economic Geography*, 80, 1-22.
- Ong, David (2000), “The legal Status of the 1989 Australia-Indonesia Timor Gap Treaty Following the End of Indonesian Rule in East Timor”, *Netherlands Yearbook of International Law*, 31, 67-122.
- Ong, David (2002), “The New Timor Sea Arrangement 2001: Is Joint Development of Common Offshore Oil and Gas Deposits Mandated under International Law?”, *The International Journal of Marine and Coastal Law*, 17, 79-122.
- Prescott, Victor (2000), “The question of East Timor’s maritime boundaries”, *IBRU Boundary and Security Bulletin*, 7, 72- 82.
- Schoefield, Clive (2005), “A ‘Fair Go’ for East Timor? Sharing the Resources in the Timor Sea”, *Contemporary Southeast Asia*, 27, 255-280.
- Schoefield, Clive; Arsana, I. Made Andi (2007), “The delimitation of maritime boundaries: a matter of 'life or death' for East Timor?”, in Kingsbury, D.; Leach, M. (orgs.) *East Timor beyond Independence*. Victoria: Monash University Press, 67-86.
- Smith, Madeleine (2011), “Australian Claims to the Timor Sea’s Petroleum Resources; Clever, cunning or criminal?”, *Monash University Law Review*, 37, 42-72.

- Soares, Santana; Grainger, Alex (2005), “Australia Aid Should Support Timor-Leste, not Australia's Political Interests”, Comunicado de imprensa. Página consultada a 21.04.2013, em <http://www.laohamutuk.org/reports/AusAID/FTM.html>.
- Sunrise International Unitization Agreement (2003), Página consultada a 21.04.2013, em <http://www.austlii.edu.au/au/other/dfat/treaties/2007/11.html>.
- Thaler, Kai (2011), “Black Gold or Black Hole? Oil and Development in Timor Leste”, *Lusophone Countries Bulletin* 24. Portuguese Institute of International Relations and Security.
- Timor Sea Justice Campaign (2005a), “Australian Government ‘Doing a Christopher Skase on East Timor’ claims TV Ad”, Comunicado de imprensa. Página consultada a 21.04.2013, em <http://www.etan.org/et2005/march/20/23t-ads.htm>.
- Timor Sea Justice Campaign (2005b), “SBS and Seven pull Timor Sea Ads”, Comunicado de imprensa. Página consultada a 21.04.2013, em <http://members.pcug.org.au/~wildwood/05mar25tsjc.html>.
- Timor Sea Justice Campaign (2004), “Greater Sunrise Unitisation Bill Factsheet”
Página consultada a 21.04.2013, em
[http://members.optushome.com.au/dvcaa/vlga/
GreaterSunriseUnitisationBillfactsheet.pdf](http://members.optushome.com.au/dvcaa/vlga/GreaterSunriseUnitisationBillfactsheet.pdf).
- Timor Sea Justice Campaign (2007), “Submission to the Joint Standing Committee on Treaties of the Australian Parliament Regarding the ‘CMATS’ Treaty”. Página consultada a 21.04.2013, em [http://www.laohamutuk.org/Oil/Boundary/JSCT/
sub5TSJC.pdf](http://www.laohamutuk.org/Oil/Boundary/JSCT/sub5TSJC.pdf).
- Timor Sea Treaty (2002), “Australian Treaty Series”. Página consultada a 21.04.2013, em <http://www.austlii.edu.au/au/other/dfat/treaties/2003/13.html>.
- Triggs, Gillian (2000), “Legal and Commercial Risks of Investment in the Timor Gap”, *Melbourne Journal of International Law*, 1, 1-32.
- Triggs, Gillian; Bialek, Dean (2002), “The New Timor Gap Treaty and Interim Arrangements for Joint Development of Petroleum Resources of the Timor Gap”, *Melbourne Journal of International Law*, 3, 322-363.